SUPERIOR TRIBUNAL
DE
JUSTIÇA
BIBLIOTECA

RESOLUÇÃO DE SOCIEDADE
&
AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO NA APURAÇÃO DE HAVERES

DE ACORDO COM O NOVO CÓDIGO CIVIL
LEI 10.406/02

2ª Edição

ABDR
EDITORA AFILIADA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 25

Capítulo 1

Resolução da sociedade em relação a um sócio

1.1 ESCORÇO HISTÓRICO 29

1.2 DISSOLUÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADES 33

1.2.1 Dissolução total e sua liquidação 33

1.3 RESOLUÇÃO EM RELAÇÃO A UM SÓCIO 37

1.3.1 Pela vontade unilateral (dissidência ou falta de *affectio*) 38

1.3.2 Pelo decesso de sócio 41

1.3.3 Pela falência 47

1.3.4 Pela liquidação das quotas/execução 48

1.3.5 Expulsão ou exclusão de um sócio 49

1.3.5.1 Sócio administrador e/ou majoritário, ou que detenha poder de influência nos atos de gestão/administração 51

1.3.5.2 Sócio minoritário 54

1.4 LIQUIDAÇÃO DAS QUOTAS DO SÓCIO 54

Capítulo 2

Avaliação do Patrimônio de Sociedade Empresária

2.1 A *ULTRA VIRES DOCTRINE* DEVE SER CONSIDERADA NA AVALIAÇÃO CONTÁBIL DO PATRIMÔNIO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA 67

2.2 A PROVA DO VALOR DOS HAVERES 81

2.2.1 A prova do valor dos haveres junto à inicial, CPC, art. 427, e na fase da perícia contábil, CPC, arts. 145 e 421 84

2.3 OS PONTOS A SEREM RASTREADOS NA AVALIAÇÃO 86

2.3.1 O fluxo de caixa descontado 87

2.4 O VALOR DE MERCADO E O VALOR CORRENTE VENAL 90

2.5 A AVALIAÇÃO PATRIMONIAL 93

2.5.1 O valor dos ativos 96

2.5.2 O valor do passivo 103

2.5.3 Patrimônio Líquido pelo valor de mercado 105

2.6 O VALOR DO FUNDO EMPRESARIAL 106

2.6.1 O fundo empresarial ou *goodwill* negativo 117

2.6.2 Outras considerações sobre o fundo empresarial ou *goodwill* 119

2.6.2.1 Nas Sociedades do gênero simples 119

2.6.2.2 Sociedades do gênero empresarial 123

2.7 O VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO A VALORES DE MERCADO 131

2.8 A PARTE ILÍQUIDA, DEMONSTRAÇÃO DO VALOR SEGREGADO POR ORIGEM DA CONTINGÊNCIA 132

2.9 QUANTO CABE A CADA SÓCIO 134

Capítulo 3

Causas que podem gerar falta de segurança e confiabilidade nas informações contábeis e que devem ser observadas antes do Balanço especial para a resolução de quotas de sócios que se despedem

3.1 IMPERÍCIA 135

3.2 DESÍDIA 136

3.3 FRAUDE 136

3.4 CONLUIO 141

3.5 RESPONSABILIDADE DO CONTADOR 141

Capítulo 4

Alçadas, responsabilidades e limitações do perito contábil

4.1 PERITO JUDICIAL 145

4.2 DEVER DE FAZER E DILIGÊNCIAS 147

4.3 LAUDO PERICIAL CONTÁBIL 150

Capítulo 5

Balanço de Determinação

5.1 DIFICULDADES E LIMITES PERICIAIS 155

5.2 PRINCÍPIOS CONTÁBEIS E TÉCNICAS PERICIAIS 156

5.3 A DATA-BASE PARA O BALANÇO DE DETERMINAÇÃO 157

5.4 BALANÇO ESPECIAL OU DE DETERMINAÇÃO 158

5.4.1 Balanço especial 158

5.4.2 Conteúdo e estrutura do balanço de determinação 159

5.4.2.1 Representação Gráfica do Balanço de Determinação ou Especial 163

5.4.2.2 Patrimônio líquido "certezas" 164

5.4.2.3 Patrimônio Ilíquido "incertezas" 164

5.4.3 Notas explicativas do balanço especial 164

5.5 A PROVA CABAL RELATIVA AOS VALORES DOS HAVERES 167

CONSIDERAÇÕES FINAIS 171

REFERÊNCIAS 173

ÍNDICE ALFABÉTICO 177